

Revista de Direito, Estado e Telecomunicações

(The Law, State and Telecommunications Review)

<p style="text-align: center;">Apresentação</p> <p>O Ocaso da Utopia Telecomunicacional: regular para quem no tocante ao Direito Fundamental à Privacidade?</p>	<p style="text-align: center;">Introduction</p> <p><i>The End of Telecommunications Utopia: Regulate to Whom on the Fundamental Right of Privacy?</i></p>
<p style="text-align: center;">Artigos</p> <p>Explorando o Ciberespaço Russo: Ação Coletiva Digitalmente Mediada e a Esfera Pública Interconectada</p> <p>Globalização da Internet, Soberania ou Democracia: o Trilema do Fórum de Governança da Internet</p>	<p style="text-align: center;">Articles</p> <p><i>Exploring Russian Cyberspace: Digitally-Mediated Collective Action and the Networked Public Sphere</i></p> <p><i>Globalization of the Internet, Sovereignty or Democracy: The Trilemma of the Internet Governance Forum</i></p>
<p style="text-align: center;">Estudos</p> <p>Regulação da Guerra Cibernética e o Estado Democrático de Direito no Brasil</p> <p>O papel do Ministério da Defesa no processo de integração e de regulação das Comunicações Militares no Brasil</p> <p>A Dimensão Social do Direito à Determinação dos Fluxos de Informação atinentes ao Sujeito</p> <p>Imunidade antitruste às Ações Governamentais no contexto da desregulação do setor de telecomunicações: uma análise a partir do julgamento do caso VU-M pelo CADE</p> <p>A Teoria Processual Administrativa aplicada à Regulação do Espectro Radioelétrico</p> <p>Arbitragem e regulação: uma análise da aplicação do juízo arbitral no setor das telecomunicações</p>	<p style="text-align: center;">Studies</p> <p><i>Cyber Warfare Regulation and the Rule of Law in Brazil</i></p> <p><i>The role of the Ministry of Defense in the process of integration and regulation of Military Communications in Brazil</i></p> <p><i>Social Dimension of the Right to Self-Determination Regarding Information Flows</i></p> <p><i>State Action Antitrust Exemption in a Context of Deregulation of the Telecommunications Sector: An Analysis of CADE's VU-M Case</i></p> <p><i>Administrative Process Theory applied to Spectrum Regulation</i></p> <p><i>Arbitration and Regulation: An Analysis of the Application of Arbitration in the Telecommunications Sector</i></p>
<p style="text-align: center;">Arcabouço normativo</p> <p>Normas primárias e secundárias do setor de telecomunicações em 2013</p>	<p style="text-align: center;">Legal framework</p> <p><i>2013 Statutes and Regulation of the Telecommunications Sector</i></p>

Universidade de Brasília

Faculdade de Direito
Núcleo de Direito Setorial e Regulatório
Grupo de Estudos em Direito das Telecomunicações

Centro de Políticas, Direito, Economia e Tecnologias das Comunicações
Grupo de Estudos em Direito das Telecomunicações

*Universidade de Brasília
Faculdade de Direito
Núcleo de Direito Setorial e Regulatório
Campus Universitário Darcy Ribeiro
Asa Norte
Brasília, DF
Caixa Postal 04413*

Capa: Núcleo de Multimídia e Internet da UnB

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da UnB

R454 Revista de Direito, Estado e Telecomunicações = The Law, State and
Telecommunications Review / Grupo de Estudos em
Direito das Telecomunicações. – v.6, n.1 – (2014) –
Brasília: Universidade de Brasília, 2014.

v. 6

ISSN 1984-9729 (Versão impressa)

ISSN 1984-8161 (Versão eletrônica)

1. Direito - Periódicos. 2. Telecomunicações. I. Grupo
de Estudos em Direito das Telecomunicações. II. Título:
Law, State and Telecommunications.

CDU 341.226.5

A Revista de Direito, Estado e Telecomunicações do [Grupo de Estudos em Direito das Telecomunicações da Universidade de Brasília](#) é licenciada sob uma [Licença Creative Commons Attribution-NoDerivatives 4.0 International](#)

Conselho Editorial

Prof. Dr. Márcio Iorio Aranha
(Presidente)

Profª. Drª. Ana Frazão	UnB/Faculdade de Direito
Prof. Dr. André Rossi	<i>Utah Valley University</i>
Prof. Dr. Fabio Bassan	<i>Università degli studi Roma Tre</i>
Prof. Dr. Hernán Galperin	<i>University of Southern California</i>
Prof. Dr. João Alberto de Oliveira Lima	Universidade do Legislativo Brasileiro
Prof. Dr. Lucas Sierra	<i>Universidad de Chile</i>
Prof. Dr. Luís Fernando Ramos Molinaro	UnB/Faculdade de Tecnologia
Prof. Dr. Murilo César Ramos	UnB/Faculdade de Comunicação

Editora Convidada

Miriam Wimmer

Coordenador Executivo

André Moura Gomes

Sumário Resumido

Abridged Table of Contents

Apresentação / Introduction

- O Ocaso da Utopia Telecomunicacional: regular para quem no tocante ao Direito Fundamental à Privacidade? (*Conselho Editorial*) 1

Artigos / Articles

- Explorando o Ciberespaço Russo: Ação Coletiva Digitalmente Mediada e a Esfera Pública Interconectada (*Karina Alexanyan, Vladimir Barash, Bruce Etlng, Robert Faris, Urs Gasser, John Kelly, John G. Palfrey Jr. e Hal Roberts*) 21
- Globalização da Internet, Soberania ou Democracia: o Trilema do Fórum de Governança da Internet (*Peng Hwa Ang e Natalie Pang*) 45

Estudos / Studies

- Regulação da Guerra Cibernética e o Estado Democrático de Direito no Brasil (*Ronaldo Bach da Graça*) 63
- O papel do Ministério da Defesa no processo de integração e de regulação das Comunicações Militares no Brasil (*Rodrigo Silva Chaves*) 87
- A Dimensão Social do Direito à Determinação dos Fluxos de Informação atinentes ao Sujeito (*Isaac Calaça*) 109
- Imunidade antitruste às Ações Governamentais no contexto da desregulação do setor de telecomunicações: uma análise a partir do julgamento do caso VU-M pelo CADE (*Deborah Batista Caixeta*) 127
- A Teoria Processual Administrativa aplicada à Regulação do Espectro Radioelétrico Arbitragem e regulação: uma análise da aplicação do juízo arbitral no setor das telecomunicações 177

Arcabouço normativo / Legal framework

- Normas primárias e secundárias do setor de telecomunicações – 2013 231

Normas para submissão de manuscritos / Manuscripts Submission Rules

- Dados da publicação e normas para submissão de manuscritos 401

Sumário

Table of Contents

Apresentação / Introduction

O Ocaso da Utopia Telecomunicacional: regular para quem no tocante ao Direito Fundamental à Privacidade? (Conselho Editorial)	1
Apresentação	1
O setor de telecomunicações no ano de 2013	3
Conflito de competências federativas sobre antenas e a disputa pela faixa de 700 MHz	4
O setor de telecomunicações frente ao movimento popular de 2013	6
O caso Snowden e Miranda	8
Reestruturação da ANATEL	12
UIT um pouco mais pública	12
Universalização celular para a zona rural	13
Controle social e político	14
Competição e outros temas regulatórios	15

Artigos / Articles

Explorando o Ciberespaço Russo: Ação Coletiva Digitalmente Mediada e a Esfera Pública Interconectada (Karina Alexanyan, Vladimir Barash, Bruce Etling, Robert Faris, Urs Gasser, John Kelly, John G. Palfrey Jr. e Hal Roberts)	21
Introdução	23
Escopo, enquadramento e métodos	25
A emergência de uma esfera pública interconectada na Rússia	30
Ação coletiva digitalmente mediada: movimentos sociais e campanhas específicas	34
Controle da Internet na Rússia	38
Um olhar para o futuro	42
Globalização da Internet, Soberania ou Democracia: o Trilema do Fórum de Governança da Internet (Peng Hwa Ang e Natalie Pang)	45
Introdução	46
Os “Trilemas” para Alcançar a Governança Internacional da Internet	48
Paradoxo da Globalização	52
A Lógica da Ação Coletiva	53
Conclusão	59
Bibliografia	61

Estudos / Studies

Regulação da Guerra Cibernética e o Estado Democrático de Direito no Brasil <i>(Ronaldo Bach da Graça)</i>	63
Introdução	64
O Estado Regulador	65
Guerra cibernética no Brasil	70
Guerra cibernética e direito digital	75
Conclusão	82
Bibliografia	84
O papel do Ministério da Defesa no processo de integração e de regulação das Comunicações Militares no Brasil <i>(Rodrigo Silva Chaves)</i>	87
Introdução	88
As comunicações militares como espécie do gênero comunicações	90
As comunicações militares como instrumento do sistema de Comando e Controle no âmbito das Forças Armadas	92
O uso das comunicações no âmbito de cada Força singular	93
A problemática da integração técnica entre os sistemas de comunicações das Forças singulares nas operações conjuntas	95
A vulnerabilidade das comunicações estratégicas no Brasil	96
A importância do surgimento do Ministério da Defesa como órgão regulador e orientador da política de integração das comunicações militares no Brasil	99
A Estratégia Nacional de Defesa e as Comunicações Militares	103
Conclusão	105
Bibliografia	106
A Dimensão Social do Direito à Determinação dos Fluxos de Informação atinentes ao Sujeito <i>(Isaac Calaça)</i>	109
Introdução	110
Resgate histórico: direitos fundamentais	111
Direitos de personalidade	115
Continuidades entre as liberdades públicas e os direitos sociais	116
Enfoque dimensional dos direitos fundamentais	119
Direito à intimidade como direito à determinação dos fluxos de informação atinentes ao sujeito	120
Conclusão	124
Bibliografia	124

Imunidade antitruste às Ações Governamentais no contexto da desregulação do setor de telecomunicações: uma análise a partir do julgamento do caso VU-M pelo CADE (<i>Deborah Batista Caixeta</i>)	127
Introdução	128
O caso VU-M	130
State Action Doctrine e a sua correlação com as teorias da regulação econômica	135
State Action Doctrine e o caso VU-M	142
State Action e a desregulação do setor de telecomunicações	149
Conclusões	154
Bibliografia	156
Ementa do Caso VU-M	157
A Teoria Processual Administrativa Aplicada à Regulação do Espectro Radioelétrico (<i>Guilherme Pereira Pinheiro</i>)	159
Introdução	160
A Justificativa da Regulação do Espectro e seus Problemas	163
Razões Clássicas da Regulação do Espectro	163
As Possibilidades da Regulação do Espectro	167
Possível caminho para a flexibilização	167
Críticas à Flexibilização da Regulação	168
A Teoria Processual Administrativa e sua Aplicação ao Espectro	170
Visão Geral e Vantagens da Teoria Processual Administrativa da Regulação	170
Aplicação da Teoria Processual Administrativa à Regulação do Espectro	172
Conclusão	174
Bibliografia	174
Arbitragem e regulação: uma análise da aplicação do juízo arbitral no setor das telecomunicações (<i>Rafael da Silva Santiago</i>)	178
Introdução	178
Pano de fundo para meios extrajudiciais de solução de controvérsias no setor das telecomunicações	181
Aspectos gerais de Regulação	183
Regime jurídico do setor de telecomunicações	188
Características do setor das telecomunicações	192
Arbitragem	197
ANATEL e a resolução de disputas no setor das telecomunicações	204
Arbitragem no setor de telecomunicações	209
Hipóteses em que a ANATEL pode ser parte no juízo arbitral	212
Atividades da ANATEL que não admitem a arbitragem	213
Atividades da ANATEL que admite a arbitragem	218
Sugestões de utilização da arbitragem pela ANATEL	219
Vedação ao uso da equidade	219

Árbitros privados escolhidos pelas partes	220
Flexibilização da publicidade e do sigilo	222
Conclusão	224
Bibliografia	227
Arcabouço normativo / <i>Legal framework</i>	
Normas primárias e secundárias do setor de telecomunicações – 2013	231
Sumário	233
Lista de Abreviaturas e Siglas	239
Normas e Atos de 2011	267
Fundamentos	267
Infraestrutura e Recursos no Setor de Telecomunicações	267
Administração do Setor de Telecomunicações	272
Políticas de Telecomunicações	278
Classificação de Serviços no Setor de Telecomunicações	283
Serviços no Setor de Telecomunicações	286
Ramos Jurídicos Afins	304
Aplicações de Telecomunicações	306
Atores no Setor de Telecomunicações	309
Normas Referenciadas	315
Atos Referenciados	360
Índice Alfabético e Remissivo	367
Normas para submissão de manuscritos / <i>Manuscripts Submission Rules</i>	
Dados da publicação e normas para submissão de manuscritos	401